GOVERNODOESTADODERONDÓNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNALADMINISTRATIVO DETRIBUTOSESTADUAIS
UNIDADEDEJULGAMENTODESEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO 20192700100071

RECURSO • VOLUNTÁRIO 0832/21

RECORRENTE • MAKRO ATACADISTA S.A

RECORRIDA 2ª INSTANCIA TATE/SEFIN

RELATOR : FABIANO EMANOEL FERNANDES CAETANO

RELATÓRIO . Nº 218/2021/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

Consta na peça exordial que o sujeito passivo foi autuado porque deixou de escriturar no livro Registro de Saídas de sua Escrituração Fiscal Digital EFD/SPED 3.161 (três mil e cento e setenta e um) documentos fiscais relativos à saídas de produtos em operações sujeitas ao débito do ICMS, no exercício de 2017.

Nestas circunstâncias, foram indicados como dispositivos infringidos os artigos 30, 311, 406-A e 406-K , 406-D do Decreto 832ii98 e, para a penalidade o artigo 77, X, letra "b", da Lei 688/96.

Em sua defesa, o sujeito passivo alega a nulidade da ação fiscal, em preliminar, alegando ausência de descrição clara e precisa dos fatos, inoccorrência da infração apontada, que o fisco não solicitou qualquer documentação, ilegalidade da presunção como meio de prova, abusividade da multa, e, ao final, requer o cancelamento do auto de infração.

Em decisão de primeira instância, após os analisar os argumentos defensivos e as peças apresentadas pelo autuante. o julgador declarou a procedência da ação fiscal.

Em Recurso Voluntário, o sujeito passivo apresenta as seguintes razões: Nulidade do auto de infração lavrado por vício material; inoccorrência da infração; impossibilidade de utilização de presunção como meio de prova e caráter abusivo da multa aplicada, ao final, requer a improcedência do auto de infração.

DA ANÁLISE E DA FUNDAMENTAÇÃO¹⁹⁸¹

Consta na peça exordial que o sujeito passivo foi autuado porque deixou de escriturar no livro Registro de Saídas de sua Escrituração Fiscal Digital EFD/SPED 3.161 (três mil e cento e setenta e um) documentos fiscais relativos à saídas de produtos em operações sujeitas ao débito do ICMS, no exercício de 2017.

Nestas circunstâncias, foram indicados como dispositivos infringidos os artigos 30, 311, 406-A e 406-K , 406-D do Decreto 8321/98 e, para a penalidade o artigo 77, X, letra "b", da Lei 688/96.

A fundamentação para a constituição do crédito tributário está assim descrita:

DECRETO 8321/98

Art. 30. Os estabelecimentos enquadrados no regime de apuração normal, apurarão no último dia de cada mês (Lei 688/96, art. 41):

I — no Registro de Saídas (RS):

- a) o valor contábil total das operações elou prestações efetuadas no mês;
- b) o valor total da base de cálculo das operações elou prestações com débito do imposto e o valor do respectivo imposto debitado;
- c) o valor fiscal total das operações elou prestações isentas ou não tributadas;
- d) o valor fiscal total de outras operações elou prestações sem débito do imposto; II — no Registro de Entradas (RE):
 - a) o valor contábil total das operações elou prestações efetuadas no mês;
 - b) o valor total da base de cálculo das operações elou prestações com crédito do imposto e o valor total do respectivo imposto creditado;
 - c) o valor fiscal total das operações elou prestações sem crédito do imposto;

III — no Registro de Apuração do ICMS (RAICMS); após os lançamentos correspondentes às operações de entradas saídas de mercadorias e ~~los serviços tomados e prestados durante @mês:~~

- a) o valor do débito do imposto relativo às operações de saída e aos serviços prestados;
- b) o valor dos outros débitos;
- c) o valor dos estornos de créditos;
- d) o valor total do débito do imposto;
- e) o valor do crédito do imposto relativo às operações de entradas e aos serviços tomados; 0
- f) o valor de outros créditos;
- g) o valor dos estornos de débitos;

GOVERNODOESTADODERONDÓNIA

- h) o valor total de crédito do imposto;
 - i) o valor do saldo devedor, que corresponderá à diferença entre o valor mencionado na alínea —d e o valor referido na alínea —h, ou seja, quando o débito for maior que o crédito;
 - j) o valor das deduções previstas na legislação;
 - k) o valor do imposto a recolher; ou
 - l) o valor do saldo credor a transportar para o período seguinte, que corresponderá à diferença entre o valor imposto.
- § 1^o 0 mês será o período considerado para efeito de apuração do valor do ICMS a recolher.

DO REGISTRO DE SAÍDAS

Art. 311. O livro Registro de Saídas (RS), modelo 2 ou 2-A, destina-se à escrituração do movimento de saída de mercadoria, a qualquer título, do estabelecimento, bem como da prestação de serviços de

GOVERNODOESTADODERONDÓNIA
SECRETARIADEESTADODEFINANÇAS
TRIBUNALADMINISTRATIVODETRIBUTOSESTADUAIS
UNIDADEDEJULGAMENTODESEGUNDAINSTÂNCIA

transporte interestadual e **ntermunicipal e de comunicação**

S 1^o Serão também escriturados os documentos fiscais relativos à transmissão de propriedade das mercadorias que não tenham transitado pelo estabelecimento.

S 2^o Os lançamentos serão feitos em ordem cronológica, segundo a data da emissão dos documentos fiscais, pelos totais diários das operações ou prestações da mesma natureza, de acordo com o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) constante do Anexo IX deste Regulamento, sendo permitido o registro conjunto dos documentos de numeração seguida emitidos em talões da mesma série e subsérie.

Art. 406-A. A Escrituração Fiscal Digital — EFD destina-se à utilização pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS elou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

S 1^o A Escrituração Fiscal Digital - EFD compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como outras de interesse das administrações tributárias das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

S 2^o Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da EFD, as informações a que se refere o S 1^o serão prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte ou seu representante legal, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

S 3^o O contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do: (NR dada pelo Dec. 15239, de 02.07.10 - efeitos a partir de 1^o.04.10 - Aj. SINIEF 02/10)

I — Livro Registro de Entradas;

ii — Livro Registro de Saídas,

III — Livro Registro de Inventário;

IV — Livro Registro de Apuração do IPI;

V — Livro Registro de Apuração do ICMS;

VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP. (NR dada pelo Dec. 15379, de 08.09.10 - efeitos a partir de 13.07.10 - Ajuste SINIEF 05/10)

Art. 406-D. O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido no Ato COTEPE 09/08, de 18 de abril de 2008, e conterà a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês. (NR dada pelo Dec. 15379, de 08.09.10 - efeitos a partir de 1^o.06.08 -Ato COTEPE 09/08)

Art. 406-K. O arquivo digital da EFD será enviado na forma prevista no S 1^o do artigo 406-J, e sua recepção será precedida no mínimo das seguintes verificações:

I - dos dados cadastrais do declarante;

II - da autoria, autenticidade e validade da assinatura digital; **III** - da integridade do arquivo;

IV - da existência de arquivo já recepcionado para o mesmo período de referência; V - da versão do PVA-EFD e tabelas utilizadas.

S Efetuadas as verificações previstas no —caput, será ~~automaticamente~~ expedida pela administração tributária, por meio do PVA-EFD, comunicação ao respectivo declarante quanto à ocorrência de um dos seguintes eventos:

I - falha ou recusa na recepção, hipótese em que a causa será informada;

II - regular recepção do arquivo, hipótese em que será emitido recibo de entrega, nos termos do S 1º do artigo 406-0.

S 2º Consideram-se escriturados os livros e o documento de que trata o S 3º do artigo 406-A no momento em que for emitido o recibo de entrega. (NR dada pelo Dec. 15379, de 08.09.10 — efeitos a partir de 13.07.10 - Ajuste SINIEF 05/10)

PENALIDADE :

Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 — efeitos a partir de 01/07/15)

X - infrações relacionadas a livros fiscais, arquivos magnéticos ou eletrônicos de registros fiscais: (NR dada pela Lei nº 3756, de 30.12.15)

b) multa de 15% (quinze por cento) do valor da operação ou da prestação:

Das alegações do Recurso Voluntário:

1- Nulidade do auto de infração lavrado por vício material

O sujeito passivo alega que não foram cumpridos os requisitos do art.100 da Lei 688/96, principalmente, quanto ao relato objetivo da infração.

Art. 100. São requisitos de Auto de Infração

I - a origem da ação fiscalizadora;

II - o dia, a hora e o local da lavratura;

III- a qualificação do sujeito passivo, observado o disposto no S 4º do artigo 83; (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 - efeitos a partir de 01/07/15)

IV - relato objetivo da infração;

V - citação expressa do dispositivo legal que define a infração cometida e lhe comina penalidade; (NR Lei nº 2376, de 28.12.10 — efeitos a partir de 29.12.10)

VI - o valor do imposto, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período considerado;

VII - o valor da penalidade aplicada;

VIII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo legal;

IX - o nome do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais autuante, sua assinatura e número de matrícula; (NR Lei nº 2376, de 28.12.10 — efeitos a partir de 29.12.10

Em consulta ao auto de infração e documentos anexos, constatamos que todos os requisitos do auto de infração foram cumpridos, não restando dúvidas acerca da infração cometida, tampouco quanto à apresentação da defesa e seus argumentos.

Sendo assim, tal preliminar não merece reconhecimento.

2- inoccorrência da infração

Alega que as notas fiscais foram devidamente escrituradas e que não houve prejuízos ao fisco, nem mesmo omissão de qualquer escrituração.

Apesar de descrever que não houve omissão ou prejuízos ao fisco, o sujeito passivo não apresenta, em momento algum, qualquer documento que comprove o lançamento das notas fiscais., seja em livros fiscais ou EFD/SPED.

Na planilha constante do CD em anexo, há a descrição das notas fiscais que foram emitidas pelo sujeito passivo e não escrituradas na EFD/SPED.

Sendo assim, a tese apontada não encontra fundamento para ser ratificada.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

3- impossibilidade de utilização de presunção como meio de prova

Alega que somente ocorreu mera presunção de que a recorrente cometeu a infração, mas, comprova-se, com a relação das notas fiscais emitidas pelo sujeito passivo, que houve omissão de escrituração no seu registro.

As informações EFD/SPED que contém omissão de lançamento das notas fiscais foram prestadas pelo próprio contribuinte ao fisco.

A emissão de documentos fiscais pelo sujeito passivo, obedecendo a preceitos legais, cabe ao mesmo fazer prova em contrário, ou seja, de que a operação não ocorreu, que houve devolução ou comprovar cancelamento.

Nestes termos, uma vez que foram emitidos os documentos fiscais e não registrados na EFD/SPED, o sujeito passivo ocorreu em infração à legislação tributária e não fez prova contra a acusação fiscal que lhe foi imposta.

Sendo assim, a tese apontada não encontra fundamento para ser ratificada.

4- caráter abusivo da multa aplicada

O sujeito passivo alega que a multa imposta é abusiva e contrária às decisões de tribunais judiciais superiores. Porém, não compete a esta instância administrativa analisar o mérito da constitucionalidade ou não da lei em vigor, constante em dispositivo legal da Lei 688/96. (Art.13 da Lei 912/00).

DO MÉRITO:

Conforme descrito na Legislação e sabido por todos os profissionais da área contábil, todos os documentos fiscais recebidos e emitidos pelas empresas devem ser devidamente registrados em sua escrituração fiscal. Tendo eles valor contábil, tributável ou não, devem ser escriturados, para que se possa enviar ao fisco todas as operações realizadas pelos contribuintes.

Porém, apesar da afirmação de que as notas fiscais foram escrituradas e que não há omissão ou prejuízo ao fisco, O sujeito passivo apresentou planilha que comprovasse tal afirmação.

Ao analisarmos todos os documentos apresentados pelo fisco, planilha e CD, constatamos que realmente houve a omissão da escrituração fiscal das notas fiscais apresentadas na planilha.

O sujeito passivo não demonstrou ou provou, nos autos, que não emitiu ou que escriturou as notas fiscais apontadas como omissas de escrituração.

Não há, na ação fiscal em análise, quaisquer documentos que fazem prova em favor do sujeito passivo.

A simples alegação de que escriturou as notas fiscais não é capaz de desconstituir a validade e regularidade da ação fiscal e da constituição do crédito tributário.

Assim, tendo a ação fiscal sido constituído nos termos e prazos legais, comprovada com documentos apresentados pelo fisco e não demonstrada provas de sua ineficácia pelo sujeito passivo, concluo por sua procedência.

O crédito tributário está assim constituído:

ICMS	21.975,65
MULTA	31.646,28
JUROS	5.494,94
ATUALIZAÇÃO	1.843,35
TOTAL	60.960,22

Por essas considerações e tudo o que mais consta nos autos, conheço do Recurso Voluntário interposto para negar-lhe provimento, no sentido de manter a decisão de primeira instância que julgou procedente a ação fiscal.

É como voto.

Julgador/1ª Câmara de Julgamento/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : N^o 20192700100071
RECURSO : VOLUNTÁRIO N^o 0832/2021
RECORRENTE : MAKRO ATACADISTA S/A
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR - FABIANO E F CAETANO
RELATÓRIO : N^o 218/2021/1^a CÂMARA/TATE/SEFIN
ACÓRDÃO N^o 125/2022/2 CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA .. ICMS - DEIXAR DE ESCRITURAR NO LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS EFD/SPED FISCAL NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS SUJEITAS A DÉBITO DO ICMS – OCORRÊNCIA — Constatado pelo Fisco que o contribuinte deixou de escriturar em livro próprio de Registro de Saídas da EFD/SPED notas fiscais de saídas de mercadorias tributadas, relacionadas nos autos, CD em anexo, no exercício de 2017. Mantida a decisão singular que julgou procedente o auto de infração. Recurso Voluntário Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros do EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE, à unanimidade em conhecer do recurso voluntário interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de primeira instância que julgou PROCEDENTE o auto de infração, nos termos do voto do Julgador Relator constante dos autos. que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Juarez Barreto^Macedo Junior e Manoel Ribeiro de Matos Junior.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL PROCEDENTE

RS60.960.22 ENI 31/01/2019

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO

TATE, Sala de sessões, 12 de maio de 2022.

Presidente

Fabiano Caetano
Julgador/Relator